XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI URUGUAI – MONTEVIDÉU

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

RENATO DURO DIAS

SILVANA BELINE TAVARES

PABLO LANGONE

Copyright © 2024 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo
Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Fernando Passos – UNIARA - São Paulo
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia
Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal
Comunicação:
Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará
Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina
Eventos:
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo
Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina
Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP – Pernambuco

G326
GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II
[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI
Coordenadores: Renato Duro Dias, Silvana Beline Tavares, Pablo Langone – Florianópolis: CONPEDI, 2024.
Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-987-2
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: ESTADO DE DERECHO, INVESTIGACIÓN JURÍDICA E INNOVACIÓN
1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – 2. Gênero. 3. Sexualidades. XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI URUGUAI – MONTEVIDÉU (2: 2024 : Florianópolis, Brasil).
CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI URUGUAI – MONTEVIDÉU

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos as produções acadêmicas do Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidades e Direito II do XIII Encontro Internacional do CONPEDI, realizado nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2024, em Montevidéu, Uruguai.

O evento é uma iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) e visa fortalecer a integração da pesquisa jurídica nacional com os países da América Latina. Nesta edição, o tema central foi "Estado de Derecho, Investigación Jurídica e Innovación".

Como se percebe da relação abaixo, os artigos enviados debatem as temáticas de gênero, sexualidades em uma perspectiva interdisciplinar, utilizando-se de referencial teórico robusto e com variados olhares epistemológicos. Isso demonstra a qualidade da pesquisa no campo em que se insere, revelando, também, a participação de autoras e autores de diversos programas de pós-graduação do Brasil e da América Latina. Lista de artigos e autorias:

DO TRAUMA PSICOLÓGICO AO DESAFIO JURÍDICO: REVITIMIZAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Mariana Emília Bandeira , Sabrina Corrêa da Silva , Ana Luísa Dessoy Weiler

CASO LUIZA MELINHO VS. BRASIL: UM REFLEXO DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NO PAÍS

Olívia Fonseca Maraston , Matheus Ferreira Faustino , Renato Bernardi

COLONIALIDADE NO DIREITO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO: RESISTÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS

Nicole Emanuelle Carvalho Martins

DA ANORMALIDADE À ABJEÇÃO: UMA ANÁLISE DOS ANORMAIS E SUA CORRELAÇÃO COM O SUJEITO QUEER

Nayhara Hellena Pereira Andrade

DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+, A AMEAÇA DO CONSERVADORISMO E DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

Ludymila Nascimento de Souza

(RE)CONHECENDO A HISTÓRIA DAS MULHERES: OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E SUA IMPORTÂNCIA NO RESGATE E NA RESSIGNIFICAÇÃO DO PASSADO FEMININO

Aline Rodrigues Maroneze , Mariana Emília Bandeira

A PARIDADE DE GÊNERO NO JUDICIÁRIO MARANHENSE: CONQUISTAS EM MEIO AO HISTÓRICO PATRIARCAL DOS TRIBUNAIS

Claudia Maria Da Silva Bezerra , Edith Maria Barbosa Ramos , Dayana Da Conceicao Ferreira Luna

COLONIALIDADE E CONSERVADORISMO: ANÁLISE BIOÉTICA DOS DIREITOS REPRODUTIVOS NO CASO MANUELA VS. EL SALVADOR NA CORTE IDH

Alessandra Brustolin , Amanda Caroline Schallenberger Schaurich , Edinilson Donisete Machado

ASSÉDIO SEXUAL EM CURSO DE DIREITO NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO

Edith Maria Barbosa Ramos , Artenira da Silva e Silva , Whaverthon Louzeiro De Oliveira

CORPO, SEXO E PORNOGRAFIA: VARIÁVEIS DA SUBORDINAÇÃO FEMININA

Sheila Cibele Krüger Carvalho , Victoria Pedrazzi , Joice Graciele Nielsson

TRABALHO DO CUIDADO E PARENTALIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A SOBRECARGA FEMININA

Ana Luísa Dessoy Weiler , Victoria Pedrazzi , Sabrina Corrêa da Silva

MORTES VIOLENTAS DE MULHERES: ANÁLISE DO PROTOCOLO LATINO-AMERICANO PARA INVESTIGAÇÃO E DAS DIRETRIZES NACIONAIS PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Eneida Orbage De Britto Taquary , Catharina Orbage De Britto Taquary Berino , Daniel Machado Berino

ETARISMO: O ENVELHECIMENTO COM A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Catharina Orbage De Britto Taquary Berino , Eneida Orbage De Britto Taquary , Daniel Machado Berino

EFEITOS JURÍDICOS E SOCIAIS DA DISSOLUÇÃO DOS GÊNEROS A PARTIR DA RUÍNA DO PATRIARCADO ANALISADA POR ELISABETH BADINTER E RETRATADA NO FILME THE POD GENERATION

Raquel Xavier Vieira Braga

GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES DESDE O RIO GRANDE DO SUL

Thais Janaina Wenczenovicz , Rodrigo Espiúca dos Anjos Siqueira

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GÊNERO E GLOBALIZAÇÃO: OS DIREITOS DAS MULHERES SOB A ÓTICA DOS OBJETIVOS 5 E 11.2 DA AGENDA 2030

Amanda Caroline Schallenberger Schaurich , Alessandra Brustolin

Desde já, agradecemos ao CONPEDI e a todas/os autoras/es que tornaram possível esta publicação. Fica o convite à leitura!

Prof. Dr. Renato Duro Dias - Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Profa. Dra. Silvana Beline Tavares - Universidade Federal de Goiás - UFG

Prof. Dr. Pablo Langone - Universidad de la República - UDELAR

(RE)CONHECENDO A HISTÓRIA DAS MULHERES: OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E SUA IMPORTÂNCIA NO RESGATE E NA RESSIGNIFICAÇÃO DO PASSADO FEMININO

(RE)KNOWING WOMEN'S HISTORY: FEMINIST MOVEMENTS AND THEIR IMPORTANCE IN RESCUING AND RESIGNING THE FEMALE PAST

Aline Rodrigues Maroneze [1]
Mariana Emília Bandeira [2]

Resumo

Este artigo tem como objetivo pesquisar sobre a história das mulheres, numa espécie de busca por ressignificar o passado feminino, focando na atuação dos movimentos feministas, e a forma como eles contribuem para recontar a história através das lentes femininas, desconstruindo o que muito tempo foi tido como uma história universal. Nesse sentido, quando trata-se de reconhecer e ressignificar a história das mulheres, lembra-se dos movimentos feministas, pois sua luta também contempla o olhar para o passado. Os movimentos nos falam de igualdade, mas também contemplam a alteridade, o direito a diferença, e a valorização do passado. A problemática de pesquisa parte do pressuposto de que em uma sociedade patriarcal que naturaliza a lógica de opressão-dominação dos homens sobre as mulheres, questiona-se: de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres? A metodologia utiliza o método hipotético dedutivo, com viés feminista, assim como a revisão de literatura, por livros, revistas e pela busca eletrônica por artigos científicos no Google Acadêmico e Scielo, que tenham alguma relação com a temática proposta no presente trabalho. Nesse sentido, percebeu-se que os movimentos feministas foram (e ainda são) imprescindíveis para trazer novas narrativas sobre as pautas femininas, pois através das mobilizações as mulheres ganham visibilidade e os direitos vão sendo conquistados.

Palavras-chave: Direitos das mulheres, História, Movimentos feministas, Passado feminino, Ressignificação

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to research women's history, in a kind of search to give new meaning to the female past, focusing on the actions of feminist movements, and the way in which they contribute to retelling history through female lenses, deconstructing what was long ago considered a universal story. In this sense, when it comes to recognizing and giving new

[1] Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI. Bolsista CAPES/PDPG. ntegrante do Projeto de Pesquisa "Biopolítica e Direitos Humanos". E-mail: aline_maroneze@yahoo.com.br

[2] Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUÍ. Bolsista CAPES/PDPG Alteridade na Pós-Graduação. Integrante do Projeto de Pesquisa "Biopolítica e Direitos Humanos". E-mail: marianaebandeira@gmail.com

meaning to women's history, we remember the feminist movements, as their struggle also includes looking at the past. The movements tell us about equality, but they also contemplate otherness, the right to difference, and the appreciation of the past. The research problem is based on the assumption that in a patriarchal society that naturalizes the logic of oppression-domination of men over women, the question arises: how can feminist movements, through their actions, give new meaning to life and history? of the women? The methodology uses the hypothetical deductive method, with a feminist bias, as well as a literature review, through books, magazines and an electronic search for scientific articles on Google Scholar and Scielo, which have some relationship with the theme proposed in this work. In this sense, it was realized that feminist movements were (and still are) essential to bring new narratives about women's issues, because through mobilizations women gain visibility and rights are conquered.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Women's rights, History, Feminist movements, Feminine past, Resignification

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“

A história sobre as mulheres ainda está envolta a desconhecimento e mistérios, já que durante muito tempo ela era uma versão masculina e universal. Para que fosse possível (re)conhecer o passado feminino foi necessária muita pesquisa, sobretudo de áreas do conhecimento como a antropologia, já que há poucos registros documentais remontando épocas distantes.

Nesse sentido, quando trata-se de reconhecer e ressignificar a história das mulheres, lembra-se dos movimentos feministas, pois sua luta também contempla o olhar para o passado. Os movimentos nos falam de igualdade, mas também contemplam a alteridade, o direito a diferença, e a valorização do passado. Além disso, os movimentos feministas também lembram a sociedade da importância de conhecermos nossa história, uma vez que para que possa ser possível lutar por um novo futuro, é preciso conhecer muito bem o passado, e compreendê-lo.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo geral estudar de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres. Para isso, a pesquisa conta com três objetivos específicos, estruturados em três seções trabalhadas ao longo da construção deste ensaio teórico, são eles: a) Pesquisar sobre a história das mulheres nos primeiros tempos da humanidade, ou seja, no início da raça humana; b) Estudar de que maneira a sociedade do patriarcado passou a tratar e a ver as mulheres e, por fim, busca-se c) Compreender de que maneira os movimentos feministas ressignificam a vida e a história das mulheres. A problemática de pesquisa parte do pressuposto de que em uma sociedade patriarcal que naturaliza a lógica de opressão-dominação dos homens sobre as mulheres, questiona-se: de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres? A metodologia utiliza o método hipotético dedutivo, com viés feminista, assim como a revisão de literatura, por livros, revistas e pela busca eletrônica por artigos científicos no Google Acadêmico e Scielo, que tenham alguma relação com a temática proposta no presente trabalho.

2 A HISTÓRIA DAS MULHERES NA SOCIEDADE PRÉ-PATRIARCAL

Nesta primeira parte da pesquisa busca-se conhecer sobre a história das mulheres nos primeiros tempos da humanidade, ou seja, no início da raça humana. Este estudo é importante

para que possa ser possível compreender que as desigualdades entre homens e mulheres são resultado também de uma construção cultural, social, política e econômica. Enfim, a disparidade entre os gêneros nunca foi algo natural, como durante muito tempo nos fizeram acreditar.

A disparidade entre os gêneros nunca foi algo natural, como durante muito tempo a história vislumbrou contextualizar. Parte-se, então, na busca por conhecer a história da civilização, logo no início de seu surgimento, sobretudo, no que diz respeito às mulheres.

Buscar conhecer e (re)contar a história das mulheres não é uma tarefa fácil, já que, durante muito tempo, ela foi narrada e redigida através das lentes masculinas, que "escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem." (Colling, 2021, p. 15). Pelo que se depreende dessa citação de Colling, a história, durante muito tempo, contemplou uma única versão: a contada pelos homens. Isso aconteceu sob o argumento de que ela também contemplava e incluía as mulheres. Contudo, ao que se percebe, isso não é o fiel esboço da realidade, ao passo que, com um enredo único, e predominantemente masculino, às mulheres foi relegado o papel de coadjuvantes de sua própria história.

A missão de contar e conhecer a história das mulheres (nossa história), é tarefa árdua, já que "as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos, materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas." (PERROT, 2007, p. 17). Talvez a explicação sobre a dificuldade de se ter acesso à história das mulheres seja o fato de que "os homens são indivíduos, pessoas, trazem sobrenomes que são transmitidos" (Perrot, 2007, p. 17). Já as mulheres "não têm sobrenome, têm apenas um nome. Aparecem sem nitidez, na penumbra dos grupos obscuros." (Perrot, 2007, p. 17).

A prática social e cultural do século XIX era de que, quando a mulher se casava, era contemplada com o sobrenome do marido. Essa prática foi realizada em muitos países e, por conta disso, as mulheres acabavam ficando numa espécie de esquecimento, porque eram desprovidas de sua própria linhagem para dar início à outra, com o sobrenome do esposo. Assim, "pelo casamento, as mulheres perdiam seu sobrenome, o que ocorria na França, mas não somente aí. É bastante difícil, e mesmo impossível, reconstruir linhagens femininas." (Perrot, 2007, p. 21).

Outro fator que pode contribuir para o apagamento da história das mulheres é a chamada linguagem universal, já que, "quando há misturas de gêneros, usa-se o masculino plural: *eles* dissimula *elas.*" (Perrot, 2007, p. 21). Então, se, durante muito tempo, a história contemplou apenas uma versão masculina dos acontecimentos, e essa versão se tornou universal, pode-se

dizer que a história e sua versão são criações: “resultado de interpretações, de representações, que têm como fundo, relações de poder.” (Colling, 2021, p. 15).

Conhecer a história ultrapassa o mero interesse em saber sobre o passado, mas “a história nos interessa porque, mesmo quando nos esquecemos, ela continua vivendo em nós.” (Gonzáles, 2011, p. 6). Contudo, é preciso saber o transcorrido outrora, como forma de “entender o contexto geral de culturas que vão se forjando e se modificando, como no caso das relações de gênero, onde a própria história denota que essas identidades não são estáticas ou fixas, mas sim, sofrem processos de transformação” (Angelin; Hahn, 2019, p. 31-32).

De acordo com Perrot (2005, p. 10), outro ponto que merece destaque, quando se refere à história das mulheres, diz respeito ao seu silenciamento, mas um silenciamento que vai muito além da fala, uma vez que as mulheres foram ensinadas a “Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária.”

Nesse caminhar, já é possível perceber que a história é resultado de uma construção cultural, social, política e de poder. E, nesse contexto, a inferioridade feminina foi algo planejado e arquitetado durante o tempo, conforme versa Colling (2021, p. 15):

> Ao se admitir o caráter de construção que a história possui, inclusive o papel de homens e mulheres na sociedade, é possível criar o que Michel Foucault chamou de “fraturas do presente”, pois se algo não foi sempre assim, nada determina que assim se conserve. (Colling, 2021, p. 15).

Assim, como não será possível abarcar todo o período histórico para buscar resgatar e contar o passado das mulheres, elegeram-se alguns períodos cronológicos para isso, como os períodos paleolítico e neolítico, visando descortinar as afirmações de que a sociedade sempre foi patriarcal e de que as mulheres sempre estiveram em uma relação hierarquizada e permeada pela inferioridade em relação aos homens. Conforme se perceberá, por meio de evidências arqueológicas, em especial, nesses períodos da história, a sociedade era de cooperação e parceria. Posteriormente, é realizado um salto temporal para dar ênfase à Idade Média, já que foi nela que se concentrou o maior massacre e extermínio de mulheres, embora não tenham sido apenas elas as vítimas da violência praticada na época. Nesse mote, o estudo busca conhecer como as mulheres dos períodos paleolítico e neolítico eram tratadas, e como a sociedade via essas mulheres.

Parte-se, então, na busca por conhecer a história da nossa civilização logo no início de seu surgimento, sobretudo no que diz respeito às mulheres, para isso, utiliza-se dos

ensinamentos da autora Rosemary Radford Ruether (1993, n.p.), onde a autora vai afirmar que segundo se percebe de achados arqueológicos "a mais antiga imagem humana do divino era feminina".

A autora supra mencionada ainda faz referência ao período paleolítico e neolítico[1], e afirma que, segundo se percebe através da arqueologia e da estátuas e imagens femininas, a mulher era considerada um ser divinal, essas imagens femininas demonstravam a relevância da mulher nessa sociedade, que era tida como uma deusa, devido à sua fertilidade e ao poder de gerar a vida.

Corroborando com os ensinamentos de Ruether (1993), vem a autora Riane Eisler (2007, p. 27), que realiza uma pesquisa voltada à conhecer a história das mulheres, sobretudo no período paleolítico e neolítico, onde a autora afirma que as mulheres eram tidas como seres divinais, principalmente pelo seu "poder de gerar a vida". Sobre o período paleolítico a autora assevera:

> as estatuetas femininas, o ocre vermelho dos sepultamentos e as conchas em forma de vagina parecem ser manifestações incipientes do que mais tarde se tornou uma religião complexa centrada na adoração da Deusa Mãe como fonte e regeneradora de todas as formas de vida (2007, p. 46).

Nesse sentido, de acordo com a citação acima, pode-se perceber que durante o período paleolítico a mulher e o seu corpo eram tidos como sagrados, sendo em muitos momentos retratados através de estátuas e símbolos.

Nessa época se evidencia a ausência de dominação e subordinação, uma vez que pairava nesse tipo de sociedade o ideal da parceria, onde todos e todas trabalhavam em prol do bem da comunidade em geral, sem qualquer espécie de hierarquização. É o que a autora Riane Eisler, (2007, p. 35) pondera: "tanto homens quanto mulheres trabalhavam juntos em parceria igualitária em prol do bem comum".

Como visto, para que pudesse ser feito um resgaste da história das mulheres durante o período Paleolítico e Neolítico, foi feito um levantamento dos símbolos da época, bem como valeu-se da arqueologia, estudou-se sobre os templos e santuários existentes naquele período, e através de todos esses levantamentos históricos pode-se constatar o quanto a mulher e seu corpo eram sagrados, sobretudo, pelo fato do poder gerador da vida ser feminino. É nessa

[1] Segundo a autora Riane Eisler (2007, p.89): "O Paleolítico data de 30 mil anos atrás. A revolução agrícola do Neolítico aconteceu há mais de 10 mil anos".

mesma linha, sobre as figuras e imagens sagradas que retratavam o corpo da mulher como algo divinal, que Ruether vai afirmar:

> Suas figuras realçam, tipicamente, os seios, as nádegas e o abdômen dilatado da fêmea; o rosto, as mãos e as pernas recebem pouca atenção. Isto sugere que a Deusa não é um foco de pessoalidade, mas, antes, de uma imagem impessoal dos poderes misteriosos da fecundidade. (Ruether, 1993, n.p.).

Assim, os primórdios da humanidade dão conta do culto de uma Deusa Mãe, essas histórias são: "originárias de lugares muito diferentes do planeta, encontramos a Deusa Mãe como fonte de toda a existência" (Eisler, 2007, p. 63).

A partir da citação acima é possível afirmar que o culto à Deusa não era algo específico de determinada região ou província, mas conforme ensinado por Eisler (2007), provinha de lugares diversos do mundo. Isso demonstra que a prática da fé desses povos era baseada numa figura feminina considerada divinal, o seu corpo era um verdadeiro mistério e motivo de fascínio para os povos daquela época, considerado como algo mágico pelo poder de gerar a vida.

Corroborando com o que fora escrito, Eisler (2007, p. 62) pondera: "Nossos ancestrais do paleolítico e do começo do neolítico imaginavam o corpo da mulher como um receptáculo mágico. Devem ter observado como sangra de acordo com a lua e como miraculosamente produz gente.

É possível notar, a partir dos ensinamentos de Eisler (2007, p. 56), até agora, que o povo ancestral passou a se questionar acerca do sentido da vida e da morte, e isso foi feito através da observação do corpo das mulheres, onde: "imaginando o universo como uma "Mãe" generosa, de cujo ventre aflora toda a vida, e ao qual tudo retorna depois da morte para em seguida ressurgir, como nos ciclos da vida vegetal".

Sobre a sociedade da época do início da humanidade, a autora Eisler (2007), vai afirmar que naquela época não existia qualquer hierarquização entre os gêneros, que viviam em pé de igualdade, e possuíam uma relação de parceria: "os dados arqueológicos agora disponíveis indicam que, do ponto de vista de sua estrutura geral, a sociedade pré-patriarcal era, segundo qualquer padrão vigente hoje, notavelmente igualitária" (2007, p. 67).

Pode-se perceber pelos escritos e estudos da autora supra citada que o patriarcado não existe desde sempre, que conforme ela denomina, na sociedade pré-patriarcal, existia uma relação baseada na igualdade entre os gêneros. Mas se não era patriarcal, então era matriarcal? A autora vai responder essa questão no decorrer do livro, contudo, já pode ser afirmado que

esta é uma ideia binária de pensar a sociedade neolítica e paleolítica, ao impor vertentes análogas e contrapostas (Esiler, 2007).

Contudo, a autora adverte que a sociedade daquela época era de "descendência matrilinear". Nesse sentido, há uma espécie de justificativa dada pela autora do porque não ser, então, matriarcal. Justamente por conta da palavra matriarcal acabar passando a falsa ideia de que na sociedade anterior ao patriarcado, as mulheres seriam superiores aos homens, e por conta dessa superioridade eles então seriam dominados pelas mulheres (Eisler, 2007).

No entanto, a autora esclarece que nas sociedades paleolíticas e neolíticas, a família: "é representada, e isso é certo, "por ordem de importância, como mãe, filha, filho, pai", e tal fato provavelmente espelha as famílias humanas que habitavam a cidade, evidentemente matrilineares e matrilocais" (Eisler, 2007, p. 68).

Outro fato de relevância é que: "em outras sociedades neolíticas as representações antropomórficas da Deusa (como jovem Donzela, mãe Madura, avó ou ancestral até a Criadora original) são projeções dos vários estágios da vida da mulher" (Eisler, 2007, p. 68).

Dessa forma, pode-se encerrar o estudo dessa seção com a conclusão de que existem fortes evidências arqueológicas e antropológicas de que a sociedade não foi desde seu surgimento patriarcal, mas que em algum momento da história existiu entre homens e mulheres uma relação de parceria e de igualdade. Bem como, pode-se observar que as mulheres eram valorizadas e consideradas seres divinais pelo fato de serem geradoras da vida. Portanto, uma sociedade igualitária, cooperativa e de parceria está longe de ser uma utopia, uma vez que há provas de que ela já existiu.

3 A VIDA DAS MULHERES NA SOCIEDADE DO PATRIARCADO

Esse segundo momento da pesquisa tem como ponto norteador a análise sobre o patriarcado e como ele passou a dirigir a vida, os comportamentos e as atitudes de mulheres e homens, uma vez que na primeira parte da pesquisa foi visto que na sociedade pré-patriarcal as mulheres eram veneradas e consideradas seres divinais. No entanto, nesta parte da pesquisa busca-se estudar de que maneira a sociedade do patriarcado passou a tratar e a ver as mulheres.

Quando estuda-se sobre o patriarcado, quase que de forma instantânea somos levamos a repensar sobre a desigualdade que permeia as relações sociais entre homens e mulheres. Pois bem, segundo a teoria essa desigualdade se dividiria em dois eixos fundamentais, a do determinismo biológico e a do determinismo cultural, tendo como fio condutor as práticas culturais (Pessis, Matín, 2005).

Assim, as teorias que buscam explicação para a desigualdade entre os gêneros através da biologia, pregam o determinismo biológico, ou seja, afirma que tais desigualdades se originam a partir de um "dimorfismo sexual e nas especificidades de gênero na função reprodutiva da espécie" (Pessis, Matín, 2005, p. 17). Levando em conta esse determinismo biológico é que afirma-se que as mulheres não possuem racionalidade, pois biologicamente ela seria mais afetuosa em suas práticas, não podendo ser racional, fato que "condicionaria seu comportamento a padrões desiguais e inferiores que aos dos homens" (Pessis, Matín, 2005, p. 17). Assim:

> Configuraria um quadro de inferioridade e irracionalidade na mulher, que a incapacitaria para tomar decisões de importância, mas que a tornaria apta para desenvolver atividades simples, sem maiores responsabilidades. Nessa perspectiva a mulher não teria condições de tomar decisões sobre problemas de sobrevivência, fato que a tornaria dependente do outro gênero (Pessis, Matín, 2005, p. 17)

As diferenças biológicas existem, isso é fato, contudo, elas não podem e não devem ser utilizadas para justificar desigualdades, pois isso já não se sustenta mais quando buscamos compreender o cerne da origem da desigualdade de gênero.

Como dito, também existe o determinismo cultural, onde através da cultura de cada local se define o lugar e o papel social de homens e mulheres, o que faz mais sentido, já que esse não é um destino imutável como é a desigualdade através da biologia, a cultura é passível de mutação, transformação e readequação (Pessis, Matín, 2005).

Assim, o patriarcado reafirma desigualdades de gênero, mas não só isso ele também se reinventa e se reproduz quase que de forma automática. Contudo, é importante ter presente, que o patriarcado mesmo que seja quase como uma "máquina", ele não se apresenta sempre da mesma forma e com a mesma força, sobre isso:

> Patriarcado é comparado a uma máquina que opera. E opera sem cessar automaticamente, ainda que sem muito rigor. No entanto, patriarcado é uma força institucionalizada. Esta definição evita homogeneizar compreensões. *Patriarcado não se mostra em todos os lugares, em todos os contextos, em todos os ambientes, do mesmo jeito e com a mesma força* (Hahn; Machado, 2009, p. 71). (grifo nosso)

Da citação acima pode-se afirmar que o patriarcado é um estruturante da sociedade, de modo que o sistema patriarcal acaba por nortear a vida em sociedade, no âmbito religioso, cultural, profissional, público e privado. Onde a capacidade e a competência das mulheres é, em muitos momentos, colocada em xeque, e quase de forma automática se alguém estiver na

frente de um homem e de uma mulher, será remetido a pensar quase que instantaneamente que o homem será mais preparado para exercer funções e gerir crises.

Mas por que somos levados a pensar que os homens são superiores às mulheres? Justamente por conta desta máquina que os autores afirmam se tratar o patriarcado, que se reinventa, se reproduz e permanece estruturando a sociedade e as relações humanas.

Corroborando com a última definição de patriarcado presente nesta pesquisa, Saffioti (2005, p. 38), também vai equiparar o patriarcado à uma máquina que funciona sem parar, e quase que de forma automática. A autora ainda vai esclarecer que o patriarcado se transforma a depender do lugar e da cultura, ganhando mais ou menos força: "Patriarcado exprime de forma muito clara, a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente".

Ainda, é necessário chamar a atenção para o fato de o patriarcado ter entrecorrido às comunidades democráticas, de modo que o sistema patriarcal se reorganiza e se reinventa de forma potente: "não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias" (Saffioti, 2015, p. 60).

Contudo, Saffioti (2015, p. 106), vai ressaltar toda a sua indignação com relação ao sistema patriarcal, ao compartilhar a informação de que antigamente na cidade de Roma, o homem detinha o poder sobre a vida e a morte da mulher, no entanto, nos dias atuais, mesmo o homicídio sendo uma transgressão penal, os homens que matam as mulheres gozam de impunidade, então pouca coisa mudou desde a Roma antiga, nesse sentido:

> Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre a mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado (Saffioti, 2015, p. 106).

O patriarcado traz em sua gênese a ideia de superioridade masculina, de modo que, o reforço dessa pretensa superioridade, acaba gerando desigualdades, perpetuando e autorizando violências contra as mulheres, bem como, para os demais grupos sociais considerados minorias ou inferiores por esse sistema, sobre isso:

> A ideologia patriarcal motivou a imposição de uma suposta superioridade do homem sobre a mulher, alterando as relações de gênero. Tornou-as desiguais, legitimando a violência e a opressão, não só contra mulher, mas também contra as minorias, que são grupos de uma sociedade que não participam integralmente da vida social (Hahn; Wohlfahrt; Oliveira, 2011, p. 216).

Outro ponto importante que merece atenção é a diferenciação entre o patriarcado paterno e o patriarcado masculino. O patriarcado paterno está mais ligado ao âmbito familiar, pois diz respeito à figura do pai, já o patriarcado masculino refere-se aos privilégios que o homem goza em razão do gênero masculino. De maneira mais didática:

> O patriarcado paterno está ligado à figura do pai, que, neste sistema, tem amplos poderes – inclusive para tirar a vida – sobre a mulher, os filhos e os subordinados, tendo apoio e legalidade fundamentada do Direito. Predominou até o início da modernidade. O patriarcado masculino é uma forma mais sutil do patriarcado paterno: o homem tem precedência apenas por ser homem. Predomina nas sociedades patriarcais modernas e está difuso nas estruturas sociais (Hahn; Wohlfahrt; Oliveira, 2011, p. 215).

O patriarcado acaba por gerar uma série de desigualdades sociais, bem como o reforço dos papéis destinados aos homens e as mulheres, o que acaba também por impor identidades pré-determinadas em razão de seu gênero, e através dessa imposição sutil dos papéis de cada um e cada uma acaba por passar uma falsa ideia de que isso é natural, o que acaba por reforçar as desigualdades e a dominação dos homens sobre as mulheres.

A lógica patriarcal criou uma espécie de racionalidade que exerceu uma função pedagógica ao nos fazer acreditar que as diferenças entre homens e mulheres é algo natural e aceitável, no entanto isso não tem a ver com os processos naturais, mas com a cultura, pois ela determina o que é considerado como "natural", mas existe aqui um paradoxo, pois se é cultural não pode ser natural, é o que Louro vai ressaltar, dizendo que: "Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, consequentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente." (Louro, 2000, p. 6).

É preciso chamar a atenção para o fato de que, embora o patriarcado seja antigo, ele não é natural, mesmo tendo sido naturalizado.

O patriarcado é uma estrutura que se fortalece e se alimenta da cultura, dos costumes, da família, da religião e da sociedade, de modo geral. Gerda Lerner (2019, p. 267), adverte sobre a importância da escola para o fortalecimento, ou não, do patriarcado. Tudo isso perpassa pela questão cultural, bem como:

> reformas e mudanças legais, embora melhorem a condição das mulheres e sejam a parte essencial do processo de emancipação das mulheres, não mudará essencialmente o patriarcado. Tais reformas precisam estar integradas a uma extensa revolução cultural para transformar o patriarcado e, assim, aboli-lo.

Ainda sobre o patriarcado, destaca-se que, “a família patriarcal foi a instituição mais importante da ordem social brasileira. A autoridade do homem se impunha sobre todas as formas de organização social.” (Souza; Lemos, 2009, p. 22). A primeira experiência do ser humano com o patriarcado é na família, embora o patriarcado não se resuma à autoridade do pai sobre os filhos e a mulher.

Nesse sentido, por meio da educação, desde a infância, é aprendido sobre os papéis da mulher e do homem é que vão se normalizando e naturalizando as desigualdades de gênero. Por este motivo, fala-se que a opressão causada pelo patriarcado é invisível, porque ela se torna parte de toda uma estrutura. Por conta disso, as mulheres interiorizam que foram feitas para a maternidade, para o cuidado da casa e da família, o que as coloca, cada vez mais, sob a dominação masculina. Portanto, é “Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas” (Louro, 1997, p. 24).

Dessa forma, o patriarcado faz parte da cultura e do cerne social, sendo considerado uma engrenagem importante para o funcionamento da sociedade e das instituições, e essa opressão embora seja mais sentida pelas mulheres, não é destinada somente à elas, assim como não são somente os homens que perpetuam o sistema patriarcal, sobre isso: “a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Toda via, o vetor da violência de gênero caminha no sentido homem contra a mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (Saffioti, 2015, p. 75).

Por fim, pode-se afirmar que o estudo e o entendimento sobre o patriarcado não é uma tarefa fácil, ao passo que, conforme fora visto, ele se reinventa, se reproduz e se apresenta com mais ou menos força, a depender sob que viés ele é analisado, uma vez que a cultura, a família, a escola, as instituições e a religião são fatores que podem contribuir para o fortalecimento (ou não) desse sistema social que é tão opressor e tirano com relação às pessoas, mas sobretudo, com relação às mulheres.

4 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS COMO FORMA DE (RES)SIGNIFICAÇÃO DA VIDA E DA HISTÓRIA DAS MULHERES NA SOCIEDADE PATRIARCAL

Nesta última parte da pesquisa objetiva-se aprender acerca dos movimentos sociais, dando maior ênfase aos movimentos feministas. Ainda, questiona-se se sua atuação contribui para ressignificar a vida e a história das mulheres? Já que antes de seu surgimento, a história

sobre as mulheres era contada apenas pelos homens, e na maioria dos casos, aqueles que detinham o poder social, ou político, ou econômico ou ambos, fazendo que muitas mulheres fossem esquecidas ao longo da história.

Para dar início ao estudo que se propõe essa terceira parte da pesquisa, entende-se ser relevante iniciar pelo estudo dos movimentos sociais, que seriam: "tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora das instituições estabelecidas" (Giddens, 2005, p. 357). Com essa definição de movimentos sociais, o autor supramencionado dá o caráter de manifestação e ação coletiva, bem como evidencia a questão da identidade e das pautas comuns. Outro ponto que se evidencia da citação acima, é que esses atores sociais não fazem parte de instituições, mas são pessoas comuns da sociedade, que se unem na busca por igualdade social, lutam contra a opressão, e buscam a conquista e o reconhecimento de direitos até então negligenciados.

Portanto, os movimentos sociais seriam atividades coordenadas contrárias a um sistema de autoridade e dominação, ou seja, uma espécie de sistema que busca questionar as atitudes do Estado, e através de pressões sociais e políticas, conquistar direitos e fazer cessar arbitrariedades, sobre isso traz-se a seguinte conceituação: "defino los movimientos sociales como unas conductas socialmente conflictivas pero también ulturalmente orientadas y no como la manifestación de contradicciones objetivas de un sistema de dominación" (Touraine, 2006, p. 258).

Com efeito, o jugo e a arbitrariedade ocorrem através do capitalismo, mas não somente por ele, já que os movimentos sociais também sofrem certo tipo de opressão pela própria sociedade, e por conta disso, também, buscam por meio de sua ação coletiva, outras alternativas, de modo a fazer cessar todo e qualquer modo de abuso ou arbitrariedade (Touraine, 2006).

Nesse sentido, seguindo com as lições de Alain Touraine (2006, p. 259): "El movimiento social se presenta como la combinación de un principio de identidad, un principio de oposición y un principio de totalidad".

Dessa forma, o movimento social seria o lugar onde o agente coletivo pode adquirir referências instrutivas, de modo a conseguir fazer romper toda relação de poder opressora. Com isso: "um movimento social é o espaço de um ator coletivo para se apossar dos "valores", das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder" (Touraine, 1994, p. 254).

Assim, o "[que é empiricamente chamado de "movimento social" é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. Uma ação coletiva singular ou um evento de protesto, além disso, contêm tipos diferentes de comportamento" (Melucci, 1989, p. 56).

De bom alvitre, ressaltar que os movimentos sociais, resistem contra um processo de opressão e autoritarismo, onde seus integrantes sofrem constantemente com esses abusos decorrentes de relações de poder, dessa forma: "quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social" (Scherer-Warren, 2006, p. 113).

No entanto, no que se refere às características dos movimentos sociais, importante ressaltar que: "citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade" (Gohn, 2011, p. 336).

Percebe-se por meio da definição de Gohn (2011), que ela evidencia pelos menos três características principais nos movimentos sociais, a primeira diz respeito a existência de uma identidade, ou dito de outra forma, a identificação com uma pauta específica, como por exemplo, o movimento sufragista. A segunda característica refere-se ao fato de possuírem um antagonista e a última característica se relaciona com a existência de um projeto de vida ou de sociedade, e aqui o exemplo do movimento sufragista também se enquadra, a fim de demonstrar o projeto e a pauta pela qual há a mobilização.

Superada a questão referente aos movimentos feministas, uma vez que deu para ter uma noção de sua definição, características e contexto de surgimento, parte-se para o estudo dos movimentos feministas, os quais surgem para questionar e apontar a disparidade entre homens e mulheres, buscando através da conquista de direitos e do reconhecimento da mulher enquanto sujeita, a equidade entre os gêneros e a emancipação feminina.

A luta das mulheres por reconhecimento ganha força no século XX, sendo que a autora Riane Eisler (2007, p. 185) esclarece que no início do século XX o mundo passa a testemunhar algo nunca visto antes, o crescimento de organismos governamentais e não governamentais alinhados às pautas femininas, buscando sobretudo a melhoria de vida para as mulheres, sobre isso a autora destaca:

> Nunca tinha havido conferências globais atraindo milhares de mulheres de todos os cantos do mundo para tratar dos problemas da supremacia masculina. Nunca, em toda a história registrada, as mulheres de todas as nações da Terra se haviam reunido para trabalhar em prol de um futuro de igualdade sexual, desenvolvimento e paz – os três objetivos da Primeira Década das Nações Unidas para as Mulheres (Eisler, 2007, p. 185).

Os movimentos feministas, além de trazerem para a cena política e social a pauta atinente às mulheres, também possuem importância ímpar na conquista de muitos direitos para elas, dentre eles pode-se destacar o direito ao voto, ao divórcio, ao trabalho, já que as mulheres não detinham nenhuma segurança jurídica ou política, tudo teve de ser conquistado do zero e através de embates políticos e pressões sociais, sobre isso: "o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia" (Perrot, 2006, p. 162).

Algo que também merece atenção a respeito dos movimentos feministas, é o fato de que não se trata de uma luta apenas das mulheres, mas de toda uma comunidade, uma vez que o patriarcado oprime e impõe a execução de determinados papéis à todas as pessoas, embora as mulheres sejam as maiores vítimas, para que de fato possa existir mudança social, é preciso uma mudança cultural, e essa também é uma das lutas dos movimentos feministas.

Nesse sentido, a obstinação das mulheres através do movimento feminista para a suplantação da opressão e da superioridade masculina imposta pelo patriarcado, requer também o engajamento de toda a sociedade, uma vez que somente assim será possível uma mudança de paradigma cultural.

Através das atuações dos movimentos feministas têm sido possível repensar padrões até então considerados naturais, fazendo nascer um novo cenário social que contemple as mulheres como autoras e donas de sua própria história, essas práticas desempenhadas pelos movimentos feministas tem muita força de transformação e mudança cultural.

As conquistas dos movimentos feministas são muitas, contudo, apesar disso, um grande número de mulheres ainda vive uma vida restrita, que é definida pelos homens, ou pelas instituições, pela Igreja, mas a mudança social também é uma mudança de cultura, por isso é tão penosa e lenta, nesse sentido:

> A libertação das mulheres não seria completa se não as libertasse de toda referência ao seu ser próprio, à sua natureza ou à sua "psicologia". A construção de si pelas mulheres é fundada sobre o aquilo que resiste à sua identidade social, isto é, sobre uma natureza que não se reduz a uma cultura ou a uma organização social. É assim que as mulheres vão se erguendo até chegar à afirmação da singularidade e à liberdade de escolher sua própria vida, definida pela oposição a toda definição imposta de fora (Touraine, 2007, p. 47).

Touraine (2007), afirma, ainda, que a lógica da opressão/submissão presente no patriarcado foi algo culturalmente aprendido ao longo de muitos anos, sendo que a igreja, a escola, a família e as instituições tem muita contribuição para a formação desta cultura. Confirmando o que foi dito acima, Riane Eisler (2007, p. 240), vai afirmar que a relação entre

o que é dominado e o que está dominando: “é internalizado desde o nascimento por todas as crianças que crescem numa família tradicional de dominância masculina”. Aqui, chama-se a atenção, mais uma vez, para a importância da atuação da família no reforço e perpetuação do patriarcado na sociedade, e também na mudança deste padrão.

Dessa forma, em resposta à pergunta norteadora desta pesquisa tem-se que os movimentos feministas, através de sua atuação tem conseguido ressignificar a história e a vida das mulheres, seja através da conquista de direitos importantes para elas, seja por trazer à pauta assuntos importantes, até então considerados proibidos pela sociedade ou pela igreja, como por exemplo, o direito da mulher decidir sobre o seu corpo. Só será possível construir um novo futuro para todas e todos, conhecendo e ressignificando o passado, e isso os movimentos feministas têm conseguido fazer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final desta pesquisa com a resposta à pergunta que norteou este estudo: de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres?

Como pôde ser visto no decorrer da pesquisa, a relevância dos movimentos feministas para a vida e para a história das mulheres é enorme, uma vez que através de sua atuação, eles conquistam direitos importantes, como o direito ao voto e à participação política, através do movimento sufragista, por exemplo, assim como uma série de direitos fundamentais presentes na Constituição Federal.

Contudo, os movimentos feministas além de lutar pelas mulheres lutam por toda a sociedade, já que também exercem um importante papel político e social, denunciando abusos, violências, desrespeitos e preconceitos.

Também fica evidente a importância de conhecermos o outro lado da história sobre as mulheres, já que ela quase sempre foi contada pelos homens. E embora a sociedade, a Igreja e a família insistam, muitas vezes, em afirmar que o patriarcado sempre existiu e que se trata de algo natural, não foi o que ficou demonstrado na primeira parte da pesquisa, uma vez que através de estudos e levantamentos arqueológicos e sociológicos descobriu-se que as mulheres eram líderes de suas comunidades, e que nos primórdios a sociedade viveu em parceria e harmonia. Portanto, a luta dos movimentos feministas pela ressignificação da vida e da história das mulheres não é em vão, tampouco utópica, já que uma sociedade de cooperação já existiu, e nela não existia superioridade, apenas uma sinergia de respeito e colaboração.

6 REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; HAHN Noli Bernardo. As Brumas da Democracia: Direitos Humanos e Movimentos Feministas diante de uma racionalidade descentrada e paradoxal. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, n. 5, p. 1537-1564. Lisboa, 2018.

COLLING, Ana Maria. **A cidadania da mulher brasileira:** uma genealogia. São Leopoldo: Oikos, 2021.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada:** nosso passado, nosso futuro. São Paulo: Palas Athena, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4 ed. Artmed. Porto Alegre, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. v.16. n. 47, mai-ago. 2011.

GONZÁLEZ, Justo L. Prefácio. In: ALMEIDA, Rute Salviano. **Uma voz feminina calada na inquisição.** São Paulo: Hagnos, 2011.

HAHN, Noli Bernardo, MACHADO, Maristela da Fontoura. Gênero, patriarcado e a mulher. In BERTASO, João Martins [Orgs.]. **Cidadania, diversidade e reconhecimento:** produção ao projeto de pesquisa: "cidadania em sociedades multiculturais: incluindo o reconhecimento". Santo Ângelo: Furi Editora, 2009, p. 65- 89.

HAHN, Noli; BOHNENBERGER, Gustavo; OLIVEIRA, Fernanda. FEMINISMO E DIREITOS ESPECIAIS. In BERTASO, João Martins; GAGLIETTI, Mauro José [Orgs.]. **Diálogo e Entendimento:** Direito e Multiculturalismo & Cidadania e novas formas de soluções de conflitos. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011, p. 209-222.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes: Petrópolis, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. Lua Nova. N.17, 1989.

PERROT, MICHELLE. **Minha história das mulheres.** Tradução: Angela M.S. Côrrea. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PESSIS, Anne-Marie; MARTÍN, Gabriela. Das Origens da Desigualdade de Gênero. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Sueli de. **Marcadas a Ferro**. Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 17-22.

RUETHER, Rosemary Radford. **Sexismo e religião:** rumo a uma teologia feminista [tradução Walter Altmann, Luís Marcos Sander]. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Sueli de. **Marcadas a Ferro**. Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-76.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais:** um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade.** Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1994.

TOURAINE, Alain. **Los movimientos sociales.** Revista Colombiana de Sociología, n. 27, 2006.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.